

As escolas rurais na mesorregião oeste do Paraná (1950-2013)

Rural schools in the west mesoregion of Paraná (1950-2013)

ANDERSON BEM¹

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA²

1 Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: anderson_bem@yahoo.com.br

2 Professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mglima@uem.br

Resumo: Como em outras regiões do Paraná, a criação de escolas nas zonas rurais da mesorregião oeste do Paraná esteve ligada ao processo de colonização realizado por empresas privadas mediante a comercialização de lotes para pequenos agricultores. Os pequenos agricultores de origem sulista reivindicaram e também construíram as primeiras escolas rurais nas décadas de 1950 e 1960 e estas tiveram um enorme crescimento até a década de 1970, momento em que a grande parcela da população da mesorregião se concentrava no espaço rural. Esse período também foi marcado pelo processo de mecanização do solo gerando uma crise na agricultura colonial pela inviabilização de pequenas propriedades em se inserir nos monocultivos para exportação. Como consequência, o êxodo rural foi intenso durante as décadas de 1970 e 1980, produzindo uma crise na educação rural, materializada no processo de desativação das escolas rurais. As políticas educacionais também atuaram em geral para inviabilizar a manutenção da escola no espaço rural, dirigindo os investimentos em infraestrutura para as escolas urbanas. Nesta pesquisa levantamos alguns dados empíricos referentes às escolas rurais na mesorregião oeste do Paraná e procuramos localizá-los no contexto das transformações socioeconômicas.

Palavras-chave: escola rural, mesorregião oeste do Paraná, população rural, políticas educacionais.

Abstract: As in other regions of Paraná, the establishment of schools in rural areas of the west mesoregion of Paraná was linked to the process of colonization performed by private companies by the marketing of lands for small farmers. The smallholders of southern origin have claimed and also built the first rural schools in the 1950s and 1960s, and these had an enormous growth until in the 1970s, moment in which a great portion of the population from the mesoregion was concentrated in the rural space. This period was also marked by the mechanization process of soil, creating a crisis in colonial farming by the impracticability of small properties in inserting themselves into monocultures for exportation. As a result, the rural exodus was intense during the 1970s and 1980s, arising a crisis in the rural education materialized in the deactivation process of rural schools. The educational policies, in general, also acted to make impracticable the maintenance of schools in rural areas, directing the investments in infrastructure for urban schools. In this research, we surveyed some empirical data on rural schools in the west mesoregion of Paraná and sought to locate them in the context of socioeconomic changes.

Keywords: rural school, west mesoregion of Paraná, rural population, educational policies.

INTRODUÇÃO

A expansão das escolas rurais no Paraná teve relação direta com as frentes de ocupação do território (BAREIRO, 2007). Na medida em que avançava a colonização particular mediante a venda de pequenos lotes de terras destinados às famílias de agricultores, a reivindicação da escola pelas comunidades aumentava; também o Estado até a década de 1970 procurou atender as demandas para a construção da escola rural, tratando-a como uma estratégia para a promoção do desenvolvimento e crescimento da economia paranaense, baseada na agricultura.

O rápido processo de urbanização da sociedade paranaense nas décadas de 1970 e 1980, impulsionado pela modernização da agricultura brasileira, foi determinante para a consolidação de políticas educacionais voltadas para a educação e escola urbanas.

A mesorregião oeste do Paraná, considerada a mais recente formação socioespacial do Estado, também passou pelo processo de criação, expansão e desativação das escolas rurais. Tendo isso em consideração o objetivo deste artigo, no primeiro momento, é fazer uma breve reflexão sobre a história da escola rural no Paraná. No segundo momento, apresentaremos alguns dados empíricos coletados junto às secretarias municipais de educação, de alguns municípios da mesorregião, referentes à evolução e involução da escola rural, buscando realizar uma análise a respeito desse processo.

AS FRENTES DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE E A ESCOLA RURAL

As frentes de ocupação do território paranaense direcionaram uma ocupação mais intensa do espaço rural, sobretudo no século XX, contexto histórico marcado por constantes debates sobre a expansão da escola na zona urbana e rural.

A grande propriedade foi uma característica da formação espacial³ do Paraná tradicional, onde se

desenvolveu a pecuária extensiva. Já no norte e no sudoeste do estado houve uma fragmentação dos latifúndios mediante a comercialização de terras por companhias colonizadoras, embora, na época, a grande propriedade se manteve no campo, só que em número menor.

No final do século XIX ocorreu a expansão da escola pública nas áreas urbanas do Paraná⁴, estas instaladas na época na capital, cidades, vilas e povoados (OLIVEIRA, 2001, p. 148). A criação das escolas em zonas rurais ocorreu em 1920. De acordo com Schelbauer (2014), haviam 1.288 escolas rurais isoladas no Paraná na década de 1930. A mesma autora salienta a preocupação dos governos do Paraná da época em construir escolas em zonas rurais para atender as frentes de colonização.

O debate nacional do período de 1920 e 1930 a respeito da política educacional a ser gestada para as zonas rurais, envolvendo o Ruralismo Pedagógico e a Escola Nova, também repercutiu nas políticas educacionais do Estado do Paraná. No período de 1934 a 1953 foram criadas as Escolas de Trabalhadores Rurais, tendo por finalidade a disseminação do ensino voltado para a capacitação profissional dos filhos de pequenos agricultores, mediante o estudo de técnicas e práticas agrícolas, capazes de proporcionar o aumento da produção agrícola e a integração do homem rural à vida moderna.

Nas Escolas de Trabalhadores Rurais, além do conteúdo de língua portuguesa e matemática, aprendiam-se noções gerais de: contabilidade agrícola, botânica, química, técnicas de cultivos de solos, zootecnia etc. Essa oferta curricular contribuía para a formação de técnicos agrícolas, que associada a um contexto rural possibilitava a oferta de mão de obra qualificada para as grandes propriedades de terras do Paraná.

A proliferação das escolas primárias no campo também era uma política do Estado paranaense para fixação do homem no campo e a integração do mundo rural à economia do Estado, já que a agricultura era sua principal fonte de geração de riqueza.

3 A noção de formação socioespacial se refere à produção social do espaço ao longo do tempo histórico. Foi Santos (1982) que primeiro trouxe essa compreensão para a geografia, tendo como referencial a conceitualização de formações socioeconômicas estudadas por Lênin e Lefebvre.

4 A oferta de escolarização pública estava atrelada ao espaço urbano. “A estratégia de fixar o número de escolas pautou-se pela demanda urbana, com base na média de frequência escolar de alunos das escolas das diferentes categorias de localidades” (OLIVEIRA, 2001, p. 148)

a escola primária rural foi pensada com uma política estadual, por dois fatores: primeiro relaciona-se à demanda criada, à formação das novas gerações que pudesse garantir a riqueza do estado associada ao rural; segundo, civilizar a população que habitava no meio rural, ensinar não só a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no campo (SCHELBAUER; GONÇALVES NETO, 2013, p. 88).

Embora houvesse preocupação dos governantes do Paraná em promover a expansão da escola no meio rural, as políticas públicas para esse segmento da educação se mostraram seletivas e insuficientes. Bareiro (2007) destaca que as Escolas de Trabalhadores Rurais criadas na década de 1940 se concentraram na região do Paraná Tradicional e que as regiões recém-ocupadas não foram contempladas pelas políticas públicas.

[as] escolas foram implantadas em regiões de pouca agricultura e áreas maiores para a pecuária. Neste contexto o Norte do Paraná vivia o auge de sua colonização e seus sítios, chácaras e fazendas possuíam escolas. Além disso, essas escolas estavam localizadas nos municípios próximos das grandes cidades como Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá e Castro e que possuíam maiores contingentes populacionais na época. As políticas do Estado voltadas para as escolas rurais não atendem as regiões norte e sudoeste do Paraná naquele período e sim às regiões de colonização mais antiga como o litoral e a região colonizada pelo tropeirismo e extração da erva-mate e que já possuía um maior contingente populacional (p. 48).

Relegadas a um segundo plano, as populações rurais das regiões norte e o sudoeste tiveram que encontrar soluções práticas para a resolução dos problemas relacionados à educação nas zonas rurais. Assim, foi comum o surgimento de escolas no campo por iniciativas de fazendeiros, de comunidades de pequenos agricultores e também por parte de empresas colonizadoras.

Na região norte do Paraná as primeiras escolas primárias rurais próximas a Londrina foram construídas por estrangeiros, em geral europeus e japoneses, recém-chegados, durante as décadas de 1920 e 1930. Essas escolas foram fechadas no final da década de 1930 e substituídas por escolas públicas. O avanço da cafeicultura de 1920 até 1950 proporcionou uma ocupação efetiva do território, condicionando a expansão das escolas nas zonas rurais por iniciativa particular ou pela iniciativa pública.

à medida que a colonização foi ocorrendo no Norte do Paraná também foram sendo implantadas escolas para oferecer um mínimo de qualificação e educação para a população, e como esta estava em sua maioria no campo a criação e a construção de escolas rurais foi em grande escala (BAREIRO, 2007, p. 54).

O surgimento das escolas rurais do Paraná esteve diretamente relacionado ao avanço das frentes de ocupação do território, intensas até a década de 1960. “As escolas rurais estiveram ligadas às frentes colonizadoras no Estado, à medida que essas frentes evoluíam as escolas também aumentavam na mesma proporção da produção agrícola e da estrutura fundiária das regiões” (Ibidem, p. 70).

As políticas educacionais implantadas pelo Estado do Paraná entre 1920 até 1960, para a zona rural, priorizaram a expansão das escolas rurais primárias unidocentes e multisseriadas, colocando a escolarização no espaço rural em um patamar inferior a escolarização no espaço urbano. Esse fator mais tarde colocaria em questionamento a sobrevivência da escola na zona rural. A Figura 1 a seguir refere-se a uma escola rural unidocente, tipo de construção que predominou no espaço rural paranaense até a década de 1970.

Figura 1. Escola Rural Municipal construída na década de 1960 em Missal – PR.



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Missal.

CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS ESCOLAS RURAIS NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

a primeira escola rural criada na mesorregião oeste do Paraná data de 1934 e funcionava junto a uma

capela da igreja católica em Cascavel (SANTANA, 2006). Em geral, as escolas rurais foram surgindo na década de 1950 por iniciativa de colonos⁵ sulistas, visto que a escola já fazia parte da sua cultura no local de origem, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já nas décadas de 1930 e 1940. As primeiras escolas rurais foram construídas por meio de mutirão de pequenos agricultores.

Emer (2012) destaca que o processo de escolarização era valorizado pelas comunidades dos descendentes de europeus. As primeiras famílias sulistas que chegaram a Santa Helena, nas décadas de 1920 e 1930, ensinavam seus filhos a ler e escrever e também as operações matemáticas básicas. O material didático utilizado era o carvão e uma tábua de madeira. Usava-se o carvão para escrever letras e números em tábuas de madeira.

Em algumas localidades, como foi o caso de Toledo e Marechal Cândido Rondon, a Companhia Colonizadora construiu escolas em zonas rurais para facilitar a comercialização de pequenos lotes agrícolas: “A Companhia MARIPÁ teve a preocupação de estruturar as atividades educacionais junto aos núcleos de colonização, responsabilizando-se da remuneração dos professores e construção de escolas nas vilas recém-organizadas” (SAATKAMP, 1984, p. 176).

A existência de escola na zona rural tranquilizava a família dos migrantes sulistas. Havia uma preocupação da população vinculada à tradição religiosa das igrejas luterana e católica para a criação e viabilização de escolas nas vilas e zonas rurais.

Colodel (1998), ao analisar a colonização do oeste do Paraná, em especial de Santa Helena, observou que uma das características da colonização de origem italiana é a organização da comunidade rural em volta da capela/igreja, algo comum nas zonas rurais italianas no final do século XIX. A escola era construída posteriormente ao lado da igreja.

A capela sempre constituiu-se em um fenômeno bastante típico e intenso da imigração italiana e os descendentes desses imigrantes lograram prosseguir, mesmo migrando para outras regiões como foi o caso de Santa Helena, na

valorização de sua importância cultural e social dentro dos quadros constitutivos da comunidade (p. 246).

A valorização cultural da escola pelos colonos descendentes de germânicos e italianos foi o principal fator para criação de escolas em áreas rurais recém-povoadas e ainda precárias. Assim, nasciam escolas nas linhas e travessões. Linha é o nome dado a uma porção territorial geralmente constituída por um conjunto de pequenas e médias propriedades. Até hoje, nos municípios do oeste do Paraná é comum a denominação “linha” para as áreas rurais. Já travessão é o ponto em que duas estradas rurais se cruzam.

Após emancipação do município, as Escolas dos Colonos se transformavam em escolas rurais municipais, nas quais, em geral, o município aproveitava-se da estrutura física já construída e arcava com os custos de manutenção e o salário do professor.

A expansão da escola se processou de forma intensa em toda a região oeste do Paraná na medida em que aumentava a população rural. De acordo com dados levantados nas secretarias municipais de educação da mesorregião, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela construção de escolas isoladas nas zonas rurais. Nesse período somente no município de Cascavel foram construídas 186 escolas. Nos demais municípios também foi comum a expansão das escolas rurais nessa época.

O PROCESSO DE DESATIVAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

A nova conjuntura econômica alterou as relações socioeconômicas da mesorregião. George (1982) chama atenção para dois aspectos fundamentais da organização do espaço agrícola: questão dos métodos aplicados para se deixar o espaço agrícola em condições de produzir⁶; e a questão das conjunturas que vão modificando as paisagens rurais⁷.

5 É a denominação dada ao pequeno agricultor na região oeste do Paraná. No plano de colonização das terras no espaço regional, uma colônia de terra era equivalente a 25 hectares.

6 “Os elementos constituintes da paisagem rural provêm, em grande parte, dos métodos aplicados para deixar o espaço agrícola em condições de produzir” (GEORGE, 1982, p. 75)

7 “A paisagem rural não é imutável, nem mesmo onde parece ser muito antiga. A conjuntura a modifica, embora ela resista durante muito tempo às pressões circunstâncias.” (idem, p. 79)

A conjuntura econômica pós-1945 possibilitou uma ocupação intensa do território mediante a comercialização de lotes agrícolas por Companhias colonizadoras de capital originário do Rio Grande do Sul.

Os pequenos agricultores viram a migração para o oeste do Paraná como possibilidade de reprodução da unidade familiar agrícola, caracterizada pela prática da policultura comercial.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela conquista do solo agrícola, fato que justifica a grande população rural no período, como se nota na Tabela 1. As transformações econômicas brasileiras repercutiram na reconfiguração do espaço regional, as cooperativas agrícolas na região oeste do Paraná se fortaleceram mediante a aquisição de empréstimos com o Estado a juros subsidiados (DELGADO, 1985) e agiram no sentido de viabilizar o processo de modernização agrícola, atuando como principal mecanismo de articulação da agricultura regional com o sistema capitalista internacional.

A transformação da agricultura mediante o processo de mecanização do solo e de modernização agrícola apoiada no sistema de monocultivos para a exportação produziu uma crise na agricultura tradicional praticada pelos colonos.

A mecanização do solo inviabilizou a maioria das propriedades agrícolas com menos de 20 hectares, gerando um grande excedente populacional que passou a migrar para as maiores cidades da região da época: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu ou para os estados de Mato Grosso e Rondônia.

O ápice da população rural na mesorregião foi o final de 1960 e início de 1970, registrando no referido ano 611 mil habitantes. População que diminuiu em mais de 160 mil pessoas em apenas 10 anos, intervalo entre 1970-1980, e 170 mil no intervalo entre 1980-1991. Esse decréscimo populacional foi um dos fatores decisivos para a desativação das escolas nas zonas rurais.

As zonas rurais deixaram de ser o foco principal das políticas públicas, algo comum nas décadas anteriores, momento de intensificação do povoamento do território. Nesse contexto, Pereira (2002) corrobora que: “A rápida urbanização no Estado do Paraná transformou a sociedade de predominantemente rural para urbana. Essa mudança causou sérios problemas sociais nos setores de habitação, saneamento básico, abastecimento de água, serviços de saúde e educação” (p. 46). Diante desse novo cenário, as políticas educacionais desse estado passaram a se concentrar nas áreas urbanas, onde passaram a ser construídas novas escolas e equipadas e reformadas as antigas instalações escolares.

Nessa época as escolas rurais paranaenses eram extremamente precárias e carentes. Em geral, eram escolas de uma sala de aula, unidocente e multisseriada. O professor tinha pouca instrução, variava do 1º ao 2º grau completo. Esses estabelecimentos de ensino eram mantidos pelas prefeituras.

A Figura 2 a seguir mostra informações referentes ao processo de desativação de escolas rurais municipais de quatro cidades: Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo.

Tabela 1. Evolução demográfica e criação de municípios na mesorregião oeste do Paraná (1950-2010).

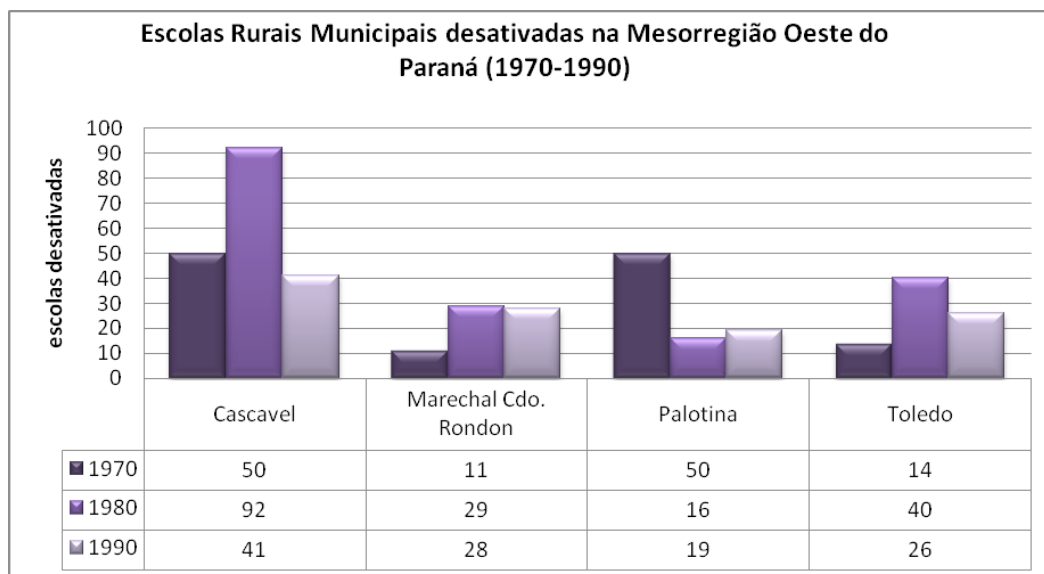
Censo	Número de Municípios	População Total	População urbana	População rural	Grau de urbanização (%)
1950	1	16.421	3.104	13.017	20.73
1960	4	113.752	29.843	84.412	26.24
1970	19	763.723	152.354	611.948	19.95
1980	20	953.364	490.662	452.902	51.47
1991	35	1.017.300	738.136	279.164	72.56
2000	49	1.140.315	937.484	202.831	82.21
2010	50	1.219.558	1.044.091	175.467	85.62

Fonte: Ipardes (2003); IBGE.

A maior parte das escolas rurais da mesorregião foi desativada na década de 1980, que foi uma década caracterizada pelo aumento do êxodo rural a nível regional. Palotina chama atenção por registrar alto índice de fechamento de escolas rurais desde a década de 1970. A população rural do município registrada em 1970 em 37.753 habitantes diminuiu

para 15.875 em 1980. Além do desmembramento ocorrido em 1977 com a criação do município de Nova Santa Rosa, a mecanização agrícola e a política agrícola adotada foram as principais causas do esvaziamento demográfico do espaço rural. Reginato (1979) observa que no final da década de 1970, a política educacional municipal optou pelo transporte

Figura 2. Escolas rurais municipais desativadas: municípios selecionados da mesorregião oeste do Paraná (1970-1990).



Fonte: Levantamento realizado pelos autores nas Secretarias Municipais de Educação.

dos alunos das zonas rurais e a construção de novas escolas nas cidades.

Já os municípios de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon apresentaram maior frequência de desativação de escolas rurais na década de 1980. Destes municípios onde foram levantadas as informações, só Marechal Cândido Rondon e Cascavel mantêm em funcionamento escolas em zonas rurais.

A política educacional de descentralização da educação já vinha se desenhando no Brasil desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, provocando uma crise na educação rural, devido à precariedade financeira dos municípios brasileiros na época.

A Lei nº 5.692 de 1971 ampliou a gratuidade do Ensino Primário de 4 para 8 anos, transferindo para os municípios a sua implementação. No nível estadual foi lançado em 1975 o Plano Estadual de Educação e Cultura para o período de 1976 a 1979, tendo como uma de suas metas a transferência das

responsabilidades do Ensino Fundamental para os municípios.

Transferir, progressivamente, a responsabilidade municipal, os encargos e serviços educacionais com a Rede Física e Administração e Manutenção do Ensino, especialmente de 1º grau, que passam a ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais, após estruturação administrativa do Setor de Educação do Município (PARANÁ, 1975, p. 234).

A educação rural primária foi relegada a um segundo plano pela política educacional brasileira. A municipalização acentuou a deterioração da já precária escola no meio rural.

Diante dessa situação de debilidade e marginalidade da escola rural é criado em 1975 o Promunicípio (Projeto de Cooperação Técnica e Financeira Estado/Município), com intuito de revitalizar a educação nas áreas rurais. A ideia principal consistia na nucleação

das escolas como forma de ampliar o espaço físico, melhorar a qualidade do ensino, facilitar a qualificação do professor e retirá-lo do seu isolamento, possibilitar a oferta de material didático, construção de bibliotecas entre outros. A nuclearização das escolas rurais já havia sido pensada nos Estados Unidos no final do século XIX como forma de melhorar o ensino nas áreas de comunidades rurais distantes das cidades. Esse modelo também foi implantado por outros países no decorrer do século XX, como a Nova Zelândia, Costa Rica, Líbano entre outros. Assim, define-se a nuclearização:

Trata-se de um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais. O princípio fundamental é a superação do isolamento e abandono, ao qual as escolas rurais isoladas experimentam e vivenciam em seu cotidiano e oferecer aos alunos rurais uma escola de melhor qualidade (SILVA; MORAIS; BOF, 2006, p. 116).

O Paraná foi o primeiro estado a adotar o Promunicípio, fato que aconteceu em 1976 e ficou conhecido como Movimento das Escolas Consolidadas. Anos mais tarde, 1979, foi criado o Prorural (Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural). De acordo com Pereira (2002), a meta inicial do Governo do Paraná em 1980 era construir, manter e equipar 39 Escolas Consolidadas em 28 municípios. Todavia, mais uma vez, as políticas públicas eram destinadas à região antiga do estado, o centro-sul, o sul e o sudeste, só que agora, observando as áreas rurais de pequenos agricultores e de influência de descendentes de imigrantes europeus. Alguns anos mais, alguns municípios do oeste e sudoeste do estado também se beneficiaram com a construção de escolas nucleadas nas zonas rurais.

Todavia, essa política de revitalização das escolas no meio rural não teve continuidade:

Em 1983, apesar do apoio dado para a continuação do projeto das escolas consolidadas pela Secretaria de Educação do Paraná, por meio do Grupo de Planejamento Setorial/GPS/SEED, uma divisão dessa Secretaria considerou a experiência de consolidação de escolas rurais pequenas como sendo altamente negativa, segundo declarações de alguns grupos (Assembleia Legislativa do Estado do Paraná) (PEREIRA, 2002, p. 77).

As políticas públicas destinadas à escola rural foram desaparecendo à medida que a modernização agrícola

aumentava o contingente populacional expropriado do campo. A escola multisseriada e unidocente passaria a ser a única política educacional do Paraná para a população rural, salvo algumas iniciativas municipais pontuais. Com ampliação e modernização das escolas urbanas, a precária escola rural, unidocente e multisseriada, passou a ser vista pela própria comunidade como inviável do ponto de vista didático e pedagógico, já que representava o atraso do sistema escolar brasileiro.

Atualmente, nos 50 municípios da mesorregião oeste do Paraná restam apenas 66 escolas rurais municipais, como se observa na Tabela 2. Até mesmo os municípios com alta taxa de população rural, demonstrados na Figura 3, optaram por fechar as escolas rurais como forma de racionalizar os custos com manutenção do sistema educacional.

Na metade dos municípios da mesorregião, a população rural é superior a 30%. Esse dado é significativo para o planejamento de políticas públicas voltadas para as zonas rurais.

Um dos dados que chama atenção é que a escola saiu antes que as pessoas. Zanin (2010), ao analisar a desativação de escolas no espaço rural de Guaraniaçu, observou essa questão:

O fechamento das escolas foi ao mesmo tempo causa e consequência do esvaziamento do campo. Pois ao mesmo tempo em que as escolas eram fechadas por falta de alunos no campo, devido ao esvaziamento das comunidades/localidades, as poucas famílias que sobreviviam no campo, mudaram para a cidade, para que seus filhos tivessem acesso a uma escola e pudessem estudar (p. 92).

As políticas educacionais anteciparam a saída da escola das zonas rurais, o que, por sua vez, aumentou o êxodo rural. Os municípios que mantiveram as escolas no espaço rural foram aqueles que adotaram políticas educacionais voltadas para atender os anseios das comunidades rurais, geralmente compostas por famílias de pequenos proprietários de terras.

Além da desigualdade de investimentos públicos, as escolas rurais vêm sendo desativadas no Brasil. De acordo com dados recentes do censo escolar, tabulados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, entre 2003 a 2013, no país foram fechadas 32.500 escolas, registrando uma média de 8 escolas rurais fechadas por dia e um decréscimo de 31,4% em 10 anos (CANCIAN, 2014).

Figura 3. Mapa de população rural dos municípios da mesorregião oeste do Paraná.

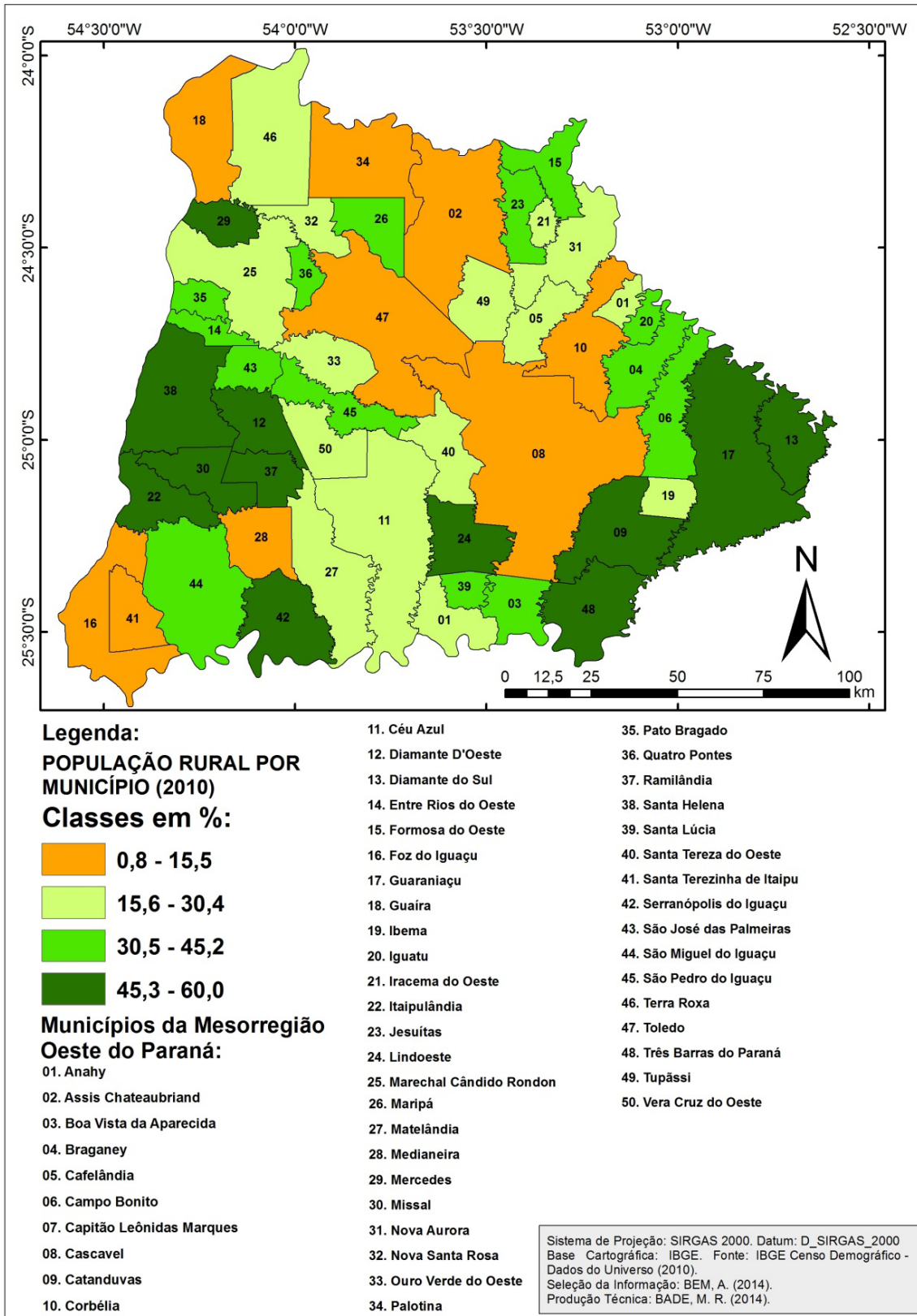


Tabela 2. Número de escolas municipais na mesorregião oeste do Paraná (2013).

n°	Município	Escola urbana	Escola rural	Total
1	Anahy	1	0	1
2	Assis Chateaubriand	12	2	14
3	Boa Vista da Aparecida	2	3	5
4	Braganey	1	3	4
5	Cafelândia	3	1	4
6	Campo Bonito	1	4	5
7	Capitão Leônidas Marques	4	1	5
8	Cascavel	50	9	59
9	Catanduvas	3	2	5
10	Céu Azul	4	1	5
11	Corbélia	7	0	7
12	Diamante do Oeste	1	0	1
13	Diamante do Sul	2	1	3
14	Entre Rios do Oeste	1	0	1
15	Formosa do oeste	1	1	2
16	Foz do Iguaçu	48	3	51
17	Guaíra	12	2	14
18	Guaraniaçu	6	4	10
19	Ibema	2	0	2
20	Iguatu	1	0	1
21	Itaipulândia	3	2	5
22	Iracema do Oeste	1	0	1
23	Jesuítas	4	1	5
24	Lindoeste	2	2	4
25	Marechal Cândido Rondon	16	1	17
26	Maripá	3	0	3
27	Matelândia	6	1	7
28	Medianeira	13	0	13
29	Mercedes	3	0	3
30	Missal	2	4	6
31	Nova Aurora	5	0	5
32	Nova Santa Rosa	4	0	4
33	Ouro Verde do Oeste	2	0	2
34	Palotina	9	0	9
35	Pato Bragado	1	0	1
36	Quatro Pontes	1	0	1
37	Ramilândia	1	0	1
38	Santa Helena	9	1	10
39	Santa Lúcia	1	1	2
40	Santa Tereza do Oeste	2	2	4
41	Santa Terezinha de Itaipu	5	0	5
42	São José das Palmeiras	1	0	1
43	São Miguel do Iguaçu	8	6	14
44	São Pedro do Iguaçu	2	1	3
45	Serranópolis do Iguaçu	1	0	1
46	Terra Roxa	4	3	7
47	Três Barras do Paraná	1	3	4
48	Toledo	36	0	36
49	Tupãssi	3	0	3
50	Vera Cruz do Oeste	3	1	4
51	Total	318	66	384

Fonte: Inep (2013); BEM (2014).

A falta de políticas públicas dirigidas à população rural já havia sido analisada na década de 1930 por Mennucci (2006): “As zonas rurais, colocadas fora do círculo de ressonância geral, longe do bulício das cidades, ignaras de sua força e de suas próprias necessidades, continuam relegadas ao desamparo e ao esquecimento” (p. 152).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O surgimento e expansão da escola rural no século XX estiveram atrelados às frentes de ocupação do território paranaense. Na mesorregião oeste do Paraná, a escola rural surgiu e teve seu ápice com o processo de colonização, momento em que a maior parte da população se concentrava no espaço rural. A modernização agrícola intensificada nas décadas de 1970 e 1980 alterou a configuração do espaço agrário regional, gerando um grande contingente populacional expropriado do campo e, em consequência, inviabilizou boa parte das escolas rurais.

Apesar de a política agrícola brasileira ter sido um fator determinante para a crise da escola rural, as políticas educacionais aceleraram o processo de desativação das escolas no espaço rural, ao transferirem para os municípios o encargo e manutenção do Ensino Fundamental. Atualmente, a maioria dos estudantes residentes nas zonas rurais é transportada diariamente para as escolas urbanas. Como consequência desse processo, muitos alunos residentes no espaço rural acordam de madrugada e passam horas do dia dentro dos ônibus escolares, fato que coloca o rural uma posição inferior em relação ao urbano.

REFERÊNCIAS

- BAREIRO, E. **Políticas educacionais e escolas rurais no Paraná 1930-2005**. 2007. 106p. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciência) – Programa de Pós-Graduação em Educação para a Pesquisa e o Ensino de Matemática, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.
- CANCIAN, N. Brasil fecha, em média, oito escolas por dia na zona rural. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 mar. 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/03/1420332-pais-fecha-oito-escolas-por-dia-na-zona-rural.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- COLODEL, J. A. **Obrages e companhias colonizadoras**: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Cascavel: Assoeste, 1988. 292p.
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. Campinas, SP: Unicamp, 1985. 240p.
- EMER, I. O. Um pouco da história da educação no Oeste do Paraná. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. esp., p. 34-48, mai. 2012.
- GEORGE, P. **Geografia rural**. Tradução Elza Trassi Mariano et al. São Paulo: Difel, 1982. 252p.
- GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: Migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: Unioeste, 2002. 266p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- INEP – Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Data Brasil**. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais**: Mesorregião oeste do Paraná. Curitiba: IparDES, 2003. 143p.
- LEITE, S. C. **Escola rural**: Urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. 119p.
- MENNUCCI, S. **A crise da educação brasileira**. São Paulo: Piratininga, 2006. 260p.
- OLIVEIRA, M. C. M. de. Organização escolar no início do século XX: O caso do Paraná. **Educare**, Curitiba, n. 18, p. 143-153, 2001.
- PARANÁ. Secretaria de Educação do Paraná. **Plano Estadual de Educação e Cultura do Estado do Paraná 1976-1979**. Curitiba: Secretaria de Educação do Paraná, 1975.

PEREIRA, R. E. **A consolidação de escolas unidocentes como política de educação para a zona rural do Paraná.** São Paulo: Annablume, 2002. 158p.

REGINATO, P. **História de Palotina (1954-1979).** Santa Maria, RS: Palloti, 1979. 237p.

SAATKAMP, V. **Desafios, lutas e conquistas:** História de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: Assoeste, 1984. 232p.

SANTANA, E. **Escolas rurais de Cascavel:** Ascensão e declínio. 2006. 75p. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

SCHELBAUER, A. R. Da roça para escola: Institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, maio/ago. 2014.

SCHELBAUER, A. R.; GONÇALVES NETO, W. Ensino primário no meio rural paranaense: Em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 1930 e 1950 do século XX. **Cadernos de história da educação**, v. 12, n. 1, p. 83-107, jan./jun. 2013.

SILVA, H. L.; MORAIS, T. C.; BOF, A. M. A educação no meio rural no Brasil: Revisão de literatura. In: BOF, A. M.; SAMPAIO, C. E. M. et al. (Orgs.). **Educação no Brasil rural.** Brasília: Inep, 2006.

ZANIN, T. **A história da escolarização de Guaraniaçu:** Da colonização aos nossos dias. 2010. 152p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.